

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

Processo nº 1744/2004/001/2004
Ref: Auto de Infração nº 1829/2004
Autuada Posto Novo Rio Ltda.

Protocolo nº	356447/07
Divisão:	Pro-23-07-02
M. It.	Edo

39
FL. 1º
E

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

I) Relatório:

1 – A empresa *Posto Novo Rio Ltda.* foi autuada em 29/09/2004, como incurso no item 4, do § 2º, e nos itens 2 e 6, do § 3º, do artigo 19, do Decreto n. 39.424/98, por ter cometido as seguintes irregularidades, *in verbis*:

“§ 2º - 4. emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas;

§ 3º - 2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

§ 3º - 6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;”

2 – O processo encontra-se formalizado. O Auto de Infração em epígrafe foi enviado à empresa através do OF.NUCOM/Nº 1575/2004, conforme faz prova o AR de fls. 12. Tempestivamente, a empresa apresentou sua Defesa, alegando, em síntese:

- A área apontada como contaminada é reservada para armazenamento de lixo;
- Em 1990, o empreendedor construiu caixa separadora de água e óleo;
- Não há lavador profissional no empreendimento;
- 40% da pista de abastecimento encontra-se concretada;
- Houve um acidente que acabou por derramar óleo diesel próximo à área de descarga, mas que não causou degradação ou poluição ambiental;
- O empreendedor foi ágil e eficiente, no sentido de evitar que o pequeno acidente atingisse grandes proporções;
- Requereu o cancelamento do AI.

3 – De acordo com o Parecer Técnico de fls. 37, “consideramos improcedentes as alegações formuladas e sugerimos a Câmara do COPAM a aplicação da pena cabível ao empreendimento *Posto Novo rio Ltda.* e mais, considerando a degradação constatada e descumprimento das medidas acordadas, recomendamos a suspensão das atividades da empresa até sua total regularização e apresentação do laudo de investigação de passivo ambiental das áreas contaminadas.”

4 – Análise Jurídica – do ponto de vista jurídico, a defesa não apresentou quaisquer argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, vez que ficou plenamente caracterizado o efetivo descumprimento da legislação ambiental vigente.

Em consulta ao sistema SIAM, verifica-se que a empresa não formalizou seu processo de regularização ambiental, deixando de atender todas as solicitações constantes do Relatório de Vistoria 7846/2004.

II) Conclusão:

Diante do exposto, considerando que os argumentos apresentados não são capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos à **Câmara de Atividades de Infra-Estrutura**, sugerindo a descaracterização da penalidade tipificada no §3º, item 6, uma vez que a mesma já está englobada na infração tipificada no §3º, item 1; a aplicação de **01(uma) penalidade de multa, no valor de R\$ 26.603,56**, nos termos do art. 1º, inciso III, alínea “b”

JK



feam

2

(infração gravíssima, empreendimento de médio porte), c/c art. 2º, § 1º, I, da DN COPAM 27/98, alterada pela DN COPAM 64/03 e à **Presidência da FEAM**, sugerindo a aplicação de **1 (uma) penalidade de multa no valor de R\$ 7.449,76**, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea "b" (infração grave, empreendimento de médio porte), c/c art. 2º, § 1º, I, da DN COPAM 27/98, alterada pela DN COPAM 64/03.

Sugere-se, ainda, a suspensão das atividades da empresa até sua regularização ambiental.

É o parecer, s.m.j

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2006.


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador-Chefe


Flávia Tahan Novaes
OAB.MG 96.362


Denise Bernardes Couto
CONSULTORA JURÍDICA
OAB - MG 87973